VIOLÊNCIA

Médico é suspeito de ser estuprador em série

Além do abuso contra a mulher cujo vídeo possibilitou a prisão, outros 5 partos nos quais o anestesista trabalhou são investigados

» FABIO GRECCHI

médico Giovanni Quintella Bezerra, preso por ter sido filmado estuprando uma parturiente durante uma cesariana, na sala de parto, é investigado por ao menos mais cinco outras violências sexuais. A suspeita é da delegada Bárbara Lomba, titular da Delegacia de Atendimento à Mulher de São João de Meriti (Grande Rio), responsável pelo caso. A Justiça do Rio de Janeiro manteve a prisão preventiva do anestesista, detido no último domingo.

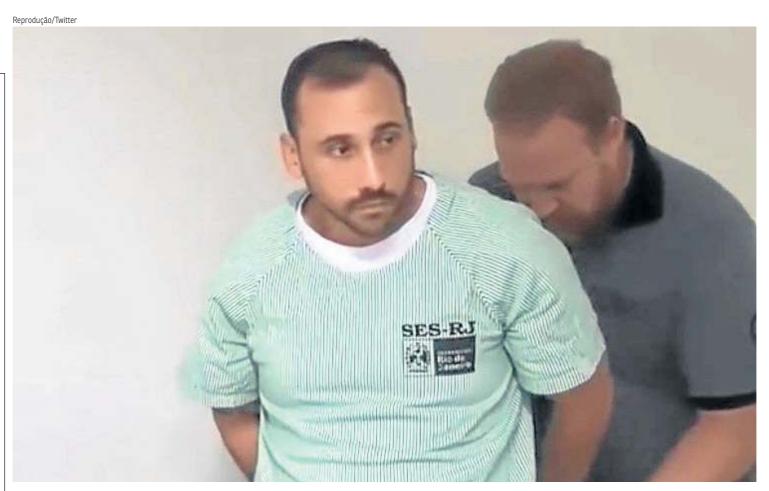
"São três casos do dia 10 de julho — data em que foi feito o flagrante que provocou a prisão —, mais três que nós ouvimos hoje (ontem), de pessoas que nos procuraram, uma até de outro hospital. Contando com o que resultou no flagrante, são seis que investigamos", disse a delegada. Os episódios do último domingo ocorreram no Hospital da Mulher Heloneida Studart, em Vilar dos Teles, bairro de São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

Segundo a policial, "os indícios (dos estupros do dia 10) são mais fortes, porque há todo o relato da equipe de enfermagem, há o vídeo que foi gravado no mesmo dia, na terceira cirurgia". A delegada também observou que a frieza de Quintella no momento da prisão era porque ele tinha certeza de que jamais seria flagrado.

"Até ele saber da existência do vídeo, ele mostrava uma tranquilidade e simulava nem estar entendendo o que estava acontecendo. Ele perguntou o que se passava por saber que a ação (sem as imagens) ficaria impune. Seria muito difícil, em outras circunstâncias, dar crédito (às denúncias), infelizmente. Ele confiava que não seria punido", disse Bárbara.

Sussurros

Três mulheres que fizeram cesariana com Quintella estiveram, ontem de manhã, na Deam, e compareceram à delegacia com bebês no colo. Uma delas, uma técnica de radiologia de 30 anos, contou que deu à luz no dia 5 de



Quintella estaria relacionado a outros episódios, nos quais se aproveitou da sedação das parturientes para cometer a predação sexual

"Conexão" ideológica

Crítico da suposta politização de escolas e universidades, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tentou estabelecer, ontem, uma relação entre o estupro cometido pelo anestesista Giovanni Quintella Bezerra e a universidade cursada pelo médico. "Qual educação desse cara? O que aprendeu na faculdade? Aprendeu a ser anestesista lá, mas o que mais foi ensinado na faculdade para ele? O que tinha no centro acadêmico, qual ideologia dessa universidade?", disse Bolsonaro a apoiadores, em frente ao Palácio da Alvorada. Quintella se formou em 2017 pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

junho, no Hospital da Mãe, em Mesquita, na Baixada Fluminense, e que a cirurgia foi assistida

pelo anestesista.

"O que me chamou a atenção foi a anestesia geral. Tive outros dois filhos de cesariana e nunca havia tomado anestesia geral. Fiquei totalmente dopada. O Giovanni era o anestesista. Não sei se aconteceu alguma coisa comigo, eu estava sedada, mas quando eu vi as imagens dele, me desesperei. Quando começo a recordar, só lembro da voz dele, o tempo todo falando baixinho no meu ouvido", relatou a mulher, cuja identidade vem sendo preservada.

Ela estava acompanhada pelo marido, que contou ter sido expulso da sala de parto pelo anestesista, embora a presença de um acompanhante no parto esteja prevista em lei desde 2005. "Só pude acompanhar o parto até certo ponto. Depois, ele me mandou sair. Nunca tinha saído dos

partos que participei antes. Ele só sedou a minha esposa depois que saí. É revoltante saber que isso pode ter acontecido com a esposa da gente. Estou mais tranquilo porque ele está preso", disse o marido da técnica de radiologia.

Na última segunda-feira, outra mulher que também teria sido vítima do anestesista, no último dia 6, foi à delegacia acompanhada da mãe e do marido para prestar depoimento. A mulher contou que, muito dopada no momento do parto, "achava ter tido uma alucinação". O marido dela também disse que foi impedido de acompanhar o parto por ordem do anestesista e que o reconheceu pelas imagens da tevê depois da prisão.

Com a prisão preventiva decretada, Quintella foi encaminhado ao presídio Pedrolino Werling de Oliveira, conhecido como Bangu 8, no Complexo de Gericinó, zona oeste do Rio. O anestesista passou por audiência

de custódia ontem no presídio de Benfica, na zona norte da capital, para onde foi levado na última segunda-feira.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) suspendeu, também ontem, o registro do anestesista. Dessa forma, ele fica impedido de exercer a medicina no estado.

"Em mais de 40 anos de profissão, não vi nada parecido. E o nosso comprometimento não acaba aqui. Temos outras etapas pela frente e também vamos agir com a celeridade que o caso exige", garantiu Clovis Munhoz, presidente do conselho.

A medida, segundo o Cremerj, "é um recurso para proteger a população e garantir a boa prática". Em paralelo, a entidade instaurou um processo ético-profissional contra Quintella, que pode levar à cassação definitiva do registro de médico. (Com Agência Estado)

Mais material incriminador

Não é somente o vídeo em que é flagrado estuprando uma parturiente que vai complicar a situação do anestesista Giovanni Quintela Bezerra. Isso porque ataduras de gaze e medicamentos utilizados pelo médico nas cirurgias também serão periciados pela Polícia Civil.

Nos depoimentos colhidos pela Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), de São João de Meriti (RJ), testemunhas contaram que Quintella ficava sempre próximo demais da cabeça das parturientes. Além disso, ele montava uma espécie de "tenda" que impossibilitava que o restante da da equipe cirúrgica o visse.

O material orgânico a ser analisado se refere ao episódio registrado em vídeo e que ensejou a prisão em flagrante. Isso porque depois que terminou o ato contra a parturiente, o médico utilizou gaze para limpar a boca da paciente — o material foi descartado em uma lixeira do próprio centro cirúrgico.

Desconfiados de que estavam diante de um flagrante de predação sexual — foi por isso que registraram as imagens contra Quintella —, os enfermeiros da equipe que acompanhou o parto no Hospital da Mulher Heloneida Studart recolheram aquilo que foi descartado pelo médico e entregaram à polícia.

Segundo a delegada Bárbara Lomba, que preside o inquérito, "a mesma equipe de enfermagem, que fez um trabalho brilhante, digno de todos os elogios, também recolheu frascos de substâncias que foram ministradas à vítima, possivelmente para que o crime fosse cometido". Apesar da vasta experiência em crimes cometidos contra a mulher, a policial se confessa estarrecida.

"Nunca tinha visto nada parecido. São 21 anos de atuação na polícia, acostumada com atrocidades e toda sorte de violência", lamentou. **(FG)**

CIGARRO ELETRÔNICO

Mesmo proibido pela Anvisa, ainda é vendido livremente

» ISABEL DOURADO*

Apesar da decisão unânime da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no último dia 6, que manteve a proibição da venda do cigarro eletrônico no Brasil, o objeto continua sendo vendido livremente nas lojas especializadas do Distrito Federal e os comerciantes não sofrem, qualquer espécie de importunação. O Correio visitou 11 tabacarias e constatou que a determinação da Anvisa é completamente ignorada.

Os preços dos chamados "vapes" — o cigarro eletrônico, produz vapor em vez de fumaça e o usuário pode escolher o aroma e a concentração de nicotina que desejar — variam de R\$ 80 a R\$ 200. Mas há modelos mais sofisticados, que começam em R\$ 130 e podem chegar a R\$ 700.

Se no comércio de rua tais

dispositivos são vendidos sem que haja fiscalização, na internet a comercialização é livre e sem fronteiras. Boa parte desse material é fabricado na China e, por ser proibido no Brasil, chega ao mercado por meio do contrabando. Em junho, a Vigilância Sanitária de Goiás apreendeu mais de 300 cigarros eletrônicos contrabandeados em Rio Verde. Os produtos foram recolhidos durante fiscalização em bares, tabacarias, distribuidoras e boates da cidade.

De acordo com o mais recente balanço da Receita Federal, considerando os anos de 2020 e 2021, houve um crescimento de 600% nas apreensões de cigarros eletrônicos contrabandeados. Boa parte desse material entra ilegalmente no país pelo Paraná e pelo Mato Grosso do Sul.

Liz Maria de Almeida, médica chefe da Coordenação de



Segundo a Receita, aumentou 600% a apreensão de DEFs contrabandados

Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional do Câncer (Inca), enfatiza que o cigarro eletrônico é tão nocivo quando o comum. "Quando (o cigarro eletrônico) foi lançado, a ideia era de que ajudaria as pessoas a pararem de fumar. Mas também utiliza nicotina, que desenvolve dependência e todos sabem que não é inofensiva. O uso aumenta o risco de

infarto, ataca o sistema respiratório e pode desenvolver uma Síndrome Respiratória Aguda Grave. É um ataque químico ao alvéolo pulmonar", alerta.

Alessandra Diehl, presidente da Associação Brasileira de Estudo do Álcool e outras Drogas (Abead), observa que "a indústria do tabaco vem usando estratégias bastante conhecidas".

"Principalmente, se volta na direção do público jovem, vendendo a ideia de que que esses dispositivos são bacanas e legais. Deve ter um aumento das fiscalizações, multas e sanções para quem fizer a venda" propõe

quem fizer a venda", propõe.
Ao **Correio**, a Vigilância Sanitária do Distrito Federal afirmou que a qualquer pessoa pode fazer uma denúncia para que a fiscalização seja realizada nas lojas físicas. Mas para Cláudio Maierovitch, vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e médico sanitarista,

não existe repressão aos DEFs.

"Não há nenhuma fiscalização porque quem tem que fiscalizar é a polícia, e não a Anvisa. Há décadas ficamos expostos às propagandas da indústria do cigarro. Até que se constatou que os malefícios eram tão grandes que não era mais possível negá-los. Agora, a indústria mudou o portfólio: vende os cigarros eletrônicos e tenta repetir o mesmo script de antes", condena.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Doença tem até nome específico

A doença pulmonar relacionada ao cigarro eletrônico tem até nome: Evali. Trata-se de uma sigla, em inglês, para Lesão Pulmonar Associada ao Uso de Produtos de Cigarro Eletrônico ou Vaping. A denominação foi dada pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC). Brasil e a Turquia são os dois únicos países, entre as 171 nações que aderiram às medidas antitabagistas globais da Organização Mundial da Saúde (OMS), que implementaram ações governamentais bem sucedidas para a redução do consumo de produtos como cigarros, charutos e cachimbo. A Lei 9.294/96 incentivou outros países a adotar medidas semelhantes, e colocou o Brasil na liderança das políticas antitabaco.